

Chapa Lula-Alckmin - uma estratégia política preventiva



Por **VALERIO ARCARY***

Quando uma tática surpreende a nossa base social, alimenta a dúvida em nossas fileiras, diminui a confiança moral e semeia divisões, perdemos.

“A resposta branda a ira quebranta” (Sabedoria popular brasileira).

“Quem não age conforme pensa começa a pensar conforme age” (Sabedoria popular portuguesa).

A apresentação de Alckmin como possível vice de Lula foi uma manobra política. Não há luta política sem manobras. Mas uma manobra política não é uma artimanha, um truque, uma falcatura. Uma manobra é um movimento inesperado que surpreende. É um recurso da astúcia colocar o inimigo diante de uma armadilha. Não há nada de errado na audácia de iniciativas táticas desconcertantes. Só funciona quando se usa sutileza na preparação da cilada, mas se preserva a honestidade. A previsibilidade tática pode ser uma debilidade.

Mas esta manobra, justamente porque não foi um factóide, deve ser considerada, seriamente. Foi um erro. Nem tudo é legítimo. Se o objetivo era afastar um setor da classe dominante do apoio a uma candidatura de “terceira via”, depois de dois meses já sabemos que fracassou. Se o objetivo era diminuir a hostilidade diante de um futuro governo Lula, então não aprendemos o mais importante sobre o golpe de 2016. Alckmin é um cavalo de Troia. A luta pelo poder nas sociedades contemporâneas reduziu ao mínimo as margens de improvisação. Não é incomum que manobras táticas momentâneas se revelam depois derrotas estratégicas.

Um programa não é o mesmo que uma estratégia política. São dois níveis de abstração. O programa resulta de uma visão da realidade e dos interesses que pretendemos representar. Uma estratégia política deve responder às condições de luta pelo poder, e se fundamenta em uma análise séria da relação de forças. Há uma tensão dialética entre programa e estratégia. O programa são as ideias que ajudam a entusiasmar as massas populares, e abrir o caminho para mudar a relação social e política de forças. O objetivo da estratégia é vencer, portanto, criar as melhores condições de realizar o programa. Essas condições nos são impostas, implacavelmente, pela realidade da luta de classes. Não escolhemos, ponto. Mas a estratégia eleitoral é, rigorosamente, indivisível do programa. Imaginar que é possível separar a política de alianças do programa, como se não houvesse um amanhã, não é sério. O amanhã é agora.

Sacrificar o programa para garantir uma duvidosa aposta em uma estratégia política preventiva pode diminuir as chances de vitória. Numa Frente, o programa é definido pelo denominador comum, ou seja, pela posição mais recuada. Se Alckmin vier a ser o candidato a vice-presidente na chapa de Lula, os limites estão sinalizados, e não são simbólicos. Um programa mais rebaixado desperta menos mobilização. Menos empolgação popular diminui o ânimo e arrefece a disposição de luta, o principal trunfo da esquerda para derrotar Bolsonaro.

Já sabemos, desde o 7 de setembro, que o bolsonarismo tem condições de colocar em movimento uma base social exasperada e exaltada. A estratégia eleitoral deve obedecer a um cálculo o mais rigoroso possível de probabilidades. A antecipação de cenários é vital na consideração das iniciativas a serem feitas, e na previsão das ações dos inimigos. Cálculo de probabilidades é um estudo da tendência de evolução dos conflitos e da dinâmica da situação. Nas condições atuais, não há dados que indiquem que Lula necessita do apoio de Alckmin para vencer. Portanto, trata-se de uma concessão. Mas muito perigosa. Porque precisamos derrotar o bolsonarismo nas ruas, para vencer as eleições.

a terra é redonda

A tensão dialética entre programa e estratégia divide, também, a esquerda mais radical, mas por razões inversas. No PT, a defesa da estratégia frentista ampla alimenta a disposição de sacrificar o programa. Na esquerda radical a defesa do programa alimenta a rejeição de uma estratégia de Frente de Esquerda. A parcela da esquerda anticapitalista disposta ao apoio eleitoral a Lula, no primeiro ou em um possível segundo turno, não tem qualquer ilusão na maioria da direção do PT, mas tem respeito pelas dezenas de milhões que seguem Lula, e ambiciona ser ouvida.

O apoio eleitoral a Lula não é, tampouco, o mesmo que um compromisso de participação em um governo liderado pelo PT. Mas uma parcela da esquerda mais combativa discorda que a corrente bolsonarista seja neofascista e discorda, também, que o PT seja um partido de esquerda reformista com apoio de massas. Dois erros fatais. Por isso, desconsideram a possibilidade de apoiar Lula no primeiro turno, alguns até mesmo no segundo turno. Em outras palavras, subestimam o perigo que Bolsonaro representa. Mas, subestimam, também, o terrível isolamento que a esquerda anticapitalista mergulharia, se não souber ser um instrumento útil para derrotar Bolsonaro nas eleições. E nada é mais importante do que isso.

Mas sacrificar o programa renunciando a revogação de todas as medidas antipopulares justificadas pelos ajustes neoliberais dos últimos cinco anos seria uma “vitória de Pirro”. Os desafios colocados pela defesa dos interesses dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos movimentos ambientalistas, dos LGBTQIA+ são inescapáveis. A questão central é a relação com a classe dominante: colaboração ou ruptura? Um governo de esquerda deve se apoiar na mobilização popular, ou deve apostar na governabilidade institucional? A esquerda mais combativa defende que se tomem medidas de transformação estrutural, portanto, medidas anticapitalistas, mas não pode esquecer que é muito minoritária.

Esta disputa entre os mais reformistas e os mais revolucionários não se dá entre iguais. Lula e o PT são ainda muito, mas muito maiores, mesmo depois dos treze anos de governo. Defender estas propostas e, ao mesmo tempo, uma Frente de Esquerda não significa ter ilusão de que o PT venha a concordar com elas. Trata-se de lutar pela consciência das camadas mais avançadas entre os trabalhadores e da juventude que querem ir além, mas permanecem entrincheiradas no apoio a Lula contra Bolsonaro.

Estratégia e tática são conceitos elaborados pela atividade militar e apropriados pela luta política pelo poder. Em toda luta a formulação da estratégia considera muitas variáveis, mas as duas mais importantes são a caracterização das forças sociais e políticas em disputa, e dos movimentos a serem feitos no marco do tempo disponível. Nem o tempo é uma variável indefinida, nem as forças sociais e políticas são ilimitadas. Caracterizar se o tempo corre a nosso favor ou contra é essencial para definir a intensidade da luta, o ritmo da disputa, a cadência dos confrontos.

Estimar se estamos na defensiva, mantendo posições ou em condições de partir para a ofensiva é indispensável para saber quem está acumulando forças e quem está enfraquecendo. A chave da estratégia é gerar capacidade de mobilização permanente de nossas forças que favoreça a vitória. O objetivo da tática é acumular confiança, empolgação e entusiasmo na nossa base social e fortalecer a unidade no nosso campo político. Quando a estratégia rebaixa a expectativa de que mudanças são possíveis, e a tática dissemina perplexidade se perde o sentido da luta. O desafio ainda é sair da defensiva. Estar em primeiro lugar nas pesquisas é um trunfo. Mas não é o bastante para derrotar os neofascistas. A disputa nas ruas ainda está por ser feita.

O objetivo de uma estratégia é a acumulação de forças que facilite as condições de vitória. Estratégia e tática são conceitos relativos e indivisíveis, mas não são sinônimos. Uma estratégia deve ser entendida como uma linha que organiza o planejamento do fim a ser alcançado, em função de uma escala de tempo, e no marco de uma determinada relação social e política de forças. A tática remete aos meios que facilitam o caminho para vencer a luta. Na perseguição da mesma estratégia as táticas se alternam em função das oscilações na conjuntura. Virada de estratégia é muito diferente de giro tático. A rigidez tática é uma tentação sectária. Estratégia volátil é uma armadilha oportunista. Quando caminham juntas não há perigo de não dar tudo errado.

Não se deve mudar de estratégia, a não ser quando há uma mudança qualitativa da situação. Já as táticas são uma linha transitória. Táticas podem e devem ser testadas na ação e verificadas. Flexibilidade tática não é incompatível com firmeza estratégica. O objetivo de uma tática é elevar a capacidade de mobilização social, aumentar a confiança da nossa base social, dividir os adversários dos inimigos. Mas as táticas devem ser coerentes com a estratégia. Não vale tudo na luta política. Se uma manobra sacrifica um objetivo estratégico há um problema. Quando uma tática surpreende a nossa base social, gera confusão entre os melhores lutadores, alimenta a dúvida em nossas fileiras, diminui a confiança moral e semeia

divisões, perdemos.

***Valério Arcary** é professor aposentado do IFSP. Autor, entre outros livros, de *O encontro da revolução com a história (Xamã)*.

A Terra é Redonda